



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

CONCLUSÃO

Em 11/03/2014 12:31h, faço estes autos conclusos ao
 MM. Juiz de Direito da 2ª Vara Cível da Comarca de São Carlos, Dr.
 Paulo César Scanavez.
 Eu, _____, Escr., subscrevi.

SENTENÇA

Processo Digital nº: **4001168-66.2013.8.26.0566** (nº de controle 2124/13)
 Classe - Assunto: **Embargos À Execução - Valor da Execução / Cálculo / Atualização**
 Embargante: **BRANCO & AMORIM LTDA - ME**
 Embargada: **Vitória Imóveis Ltda**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

Branco & Amorim Ltda ME opôs Embargos à Execução que, com fundamento em título executivo extrajudicial, lhe move **Vitória Imóveis Ltda**, alegando que pagou o cheque de fls. 08/09 da execução no dia 29/01/2013, conforme recibo que junta a fl. 16 destes embargos, motivo para condenar a embargada a lhe pagar o dobro da pretensão executória por força do art. 940, do Código Civil. Pede a procedência dos embargos para reconhecer que a dívida fora paga e aplicando à embargada a penalidade do art. 940, do CC, além de honorários advocatícios e custas.

A exequente não ofereceu impugnação à inicial dos embargos.

É o relatório. Fundamento e decidido.

Impõe-se o julgamento antecipado da lide por força do inciso I, do art. 330, do CPC. A prova essencial é a documental e consta dos autos, por isso a dilação probatória apenas protrairia o momento de se prestar a jurisdição sem acrescentar nada de útil ao acervo probatório.

A exequente na execução já cometera o erro crasso de exibir cópia reprográfica do cheque, quando o indispensável seria a exibição do original do título exequendo.

A embargante exibiu o recibo de fl. 16 dos embargos revelando que logo depois da devolução do cheque pelo sacado (28/01/13), efetuou o pagamento integral do valor do cheque no dia 29/01/13. O pagamento foi integral. Inquestionável que o recibo foi criado pela preposta da embargada.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
2ª VARA CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Diante dessa retumbante prova do pagamento da dívida, impõe-se a extinção da execução face à inexigibilidade do título. Em contrapartida, manifesto o dolo da embargada em pretender receber dívida já paga, tanto que nem mais tinha o título original para exhibir nos autos principais. Aplicável o disposto no art. 940, do CC, para impor à exequente-embargada a condenação no dobro do valor pretendido. O STJ mantém firme entendimento de que não há necessidade de propor ação específica objetivando o recebimento em dobro do valor da dívida já paga. Nos embargos à execução, configurado o abuso do pretense credor, é dado ao juiz aplicar aquela penalidade ao proferir a sentença de enfrentamento da matéria embargada.

A embargada nem cuidou de comparecer nos autos para justificar eventual equívoco na cobrança de dívida cujo valor já recebera. As circunstâncias do caso acima elucidadas, permitem o reconhecimento de que a embargada agiu com dolo, certamente não contava com o fato da embargante ainda manter em seu poder o recibo do pagamento do cheque. O recibo está completo e se refere exatamente ao cheque devolvido.

JULGO PROCEDENTES os Embargos à Execução para reconhecer que o título exequendo referido na inicial da execução nº 856/13 fora pago à embargada desde 29/01/2013. Concedo a embargada a pagar à embargante, nos termos do art. 940, do Código Civil, R\$ 4.112,00, com correção monetária desde a data da propositura da execução (30/04/2013). Os juros de mora de 1% ao mês só serão exigíveis se a embargada deixar de pagar o valor da condenação no prazo previsto pelo art. 475-J, do CPC, cujo termo inicial de incidência coincidirá com o 16º dia da intimação para os fins daquele dispositivo legal. Condene a embargada a pagar à embargante 15% de honorários advocatícios da condenação ora imposta, custas do processo e as de reembolso. Depois do trânsito em julgado, a embargante apresentará, em 10 dias, o requerimento do art. 475-B e J, do CPC, intimando-se a embargada, na pessoa de suas advogadas, para o pagamento da dívida em 15 dias, sob pena de multa de 10%, honorários advocatícios de 10% e custas ao Estado de 1%, percentuais esses incidentes sobre o débito exequendo. Junte desde já cópia desta sentença na Execução nº 856/13, onde não será realizada penhora em bens da embargante.

P.R.I.

São Carlos, 13 de março de 2014.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**